



Rezek: presidente conhecido a 21 de dezembro.



Fernando Gabeira: ponto ganho para vice de Lula.

O presidente do TSE, contra as restrições às pesquisas e à informação.

Se o presidente Sarney não vetar a norma estabelecida pelo Congresso, que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais nos 30 dias anteriores a 15 de novembro, estará criado um problema constitucional que só o Supremo Tribunal Federal poderá resolver. “Pesquisa é informação pura e não pode ser sonogada às pessoas”, justificou ontem o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek. Ele prefere não avançar sobre um eventual pronunciamento do Supremo, nesse caso, mas lembra que, no ano passado, a mesma proibição foi derrubada por contrariar a Constituição.

A quem argumenta que divulgar pesquisas influiria na decisão do eleitor e, conseqüentemente, no resultado da eleição, Rezek devolve com ad-

vertência: “Poderia o Estado obter resultados sadios à custa de esconder determinados dados?”. E ele mesmo responde: “A dez anos da virada do século, seria como assimilar o **Index Librorum Prohibitorum** (a desativada lista de livros proibidos pela Igreja). A quem beneficia a censura?”.

Exatamente porque a nova Constituição proíbe censura prévia, Rezek diz que o TSE não fará monitoramento dos programas no horário da propaganda gratuita — um procedimento que conta com a aprovação do ministro da Justiça. Quanto à proibição de veiculação de notícias sobre os candidatos no dia da eleição — outro dispositivo do projeto de lei do Congresso —, Rezek pondera ser esta outra questão que poderá ser levada ao Su-

premo. “E se o candidato desmaiar; e se houver um incêndio ou um tumulto?”, pondera Rezek. “Haverá, nesses casos, um eclipse total de informação no dia 15, e isso me preocupa.”

Se a eleição de novembro tiver mesmo que ser decidida no segundo turno, o futuro presidente da República será conhecido no dia 21 de dezembro — exatamente quatro dias depois da votação e, segundo Rezek, tempo necessário para apurar votos nos grandes colégios eleitorais. Ele faz tal previsão com base no serviço de informática do TSE, que conta com o rigoroso cumprimento do cronograma: primeiro turno em 15 de novembro e resultados totalizados até 30 de novembro. O segundo turno está marcado para 17 de dezembro, um domingo; e a diplomação

do sucessor de Sarney em 15 de janeiro, com posse marcada para o 1º de março.

A eleição presidencial custará NCz\$ 40 milhões, no mínimo, e NCz\$ 80 milhões, no máximo. Para um eleitorado estimado em 82 milhões, a Imprensa Oficial da União confeccionará cem milhões de cédulas. Os brasileiros residentes no exterior poderão votar, desde que estejam cadastrados nos consulados — e a despesa com publicidade em jornais estrangeiros deverá custar em torno de 150 mil dólares. Quanto ao voto em trânsito (eleitor fora do domicílio eleitoral), Rezek não acredita que será aprovado. “Só temos possibilidade de identificar fraudes, nesse caso, muito depois. E de que adianta expor o infrator às penas da lei depois da fraude cometida?”